|  |  |
| --- | --- |
| PROTOCOLO | PROTOCOLOS SICCAU Nº 1551609/2022, 1696618/2023, SEI Nº 00146.000229/2023-94 |
| INTERESSADO | CAU/BR E IAB |
| ASSUNTO | ASSINATURA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR) E A ORDEM DOS ARQUITECTOS DE PORTUGAL – OA/PT |

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOBR Nº 0136-10/2023

Autoriza a Presidência do CAU/BR a assinar o Acordo de Cooperação com a Ordem dos Arquitectos de Portugal – OA/PT.

O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL - CAU/BR, no exercício das competências e prerrogativas de que tratam os arts. 2°, 4° e 30 do Regimento Interno do CAU/BR, reunido ordinariamente por meio de reunião híbrida, no dia 18 de maio de 2023, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando a Deliberação Plenária DPOBR nº 0125-07/2022 que autoriza a Presidência do CAU/BR a assinar Memorando de Entendimento com a OA-PT e aprovar composição da Comissão Técnica de Harmonização das Condições de Inscrição e Registro nos termos da Deliberação nº 021/2022 CRI-CAU/BR e do Ofício nº 52/2022 CDN/OA-PT;

Considerando a assinatura do Memorando de Entendimento para a harmonização das condições de inscrição e registro de arquitetos portugueses e brasileiros e de arquitetos e urbanistas brasileiros e portugueses junto do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR e da Ordem dos Arquitectos de Portugal – OA/PT, em 21 de julho de 2022;

Considerando que o Memorando de Entendimento previu a criação da Comissão Técnica de Harmonização das Condições de Inscrição e Registro, constituída por quatro membros de cada uma das partes;

Considerando as reuniões realizadas pela Comissão Técnica de Harmonização das Condições de Inscrição e Registro;

Considerando a Deliberação nº 21/2023 da CRI-CAU/BR, a qual solicita o envio da última versão da minuta do Acordo de Cooperação elaborado pela Comissão Técnica para apreciação da Assessoria Jurídica do CAU/BR e a encaminha para apreciação e votação do Plenário do CAU/BR em sua 136ª Reunião Plenária Ordinária;

Considerando a Informação Jurídica Nº 5/LPG-GCR/2023, de 11 de maio de 2023; e

Considerando a Nota Técnica CRI-CAU/BR Nº 003/2023.

**DELIBERA:**

1. Autorizar a Presidência do CAU/BR a assinar Acordo de Cooperação entre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e a Ordem dos Arquitectos de Portugal – OA/PT na forma do anexo;
2. Encaminhar esta deliberação para publicação no sítio eletrônico do CAU/BR.

Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de maio de 2023.

**Nadia Somekh**

Presidente do CAU/BR

136ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/BR

**Folha de Votação**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **UF** | **Conselheiro** | **Votação** |
| **Sim** | **Não** | **Abst.** | **Ausência** |
| AC | Daniela Bezerra Kipper | Ausência Justificada |
| AL | Heitor Antonio Maia da Silva Dores | X |  |  |  |
| AP | Humberto Mauro Andrade Cruz  | X |  |  |  |
| AM | Fabricio Lopes Santos |  |  |  | X |
| BA | Guivaldo D’Alexandria Baptista | X |  |  |  |
| CE | Cláudia Sales de Alcântara | X |  |  |  |
| DF | Rogério Markiewicz | Ausência Justificada |
| ES | Giedre Ezer da Silva Maia |  |  |  | X |
| GO | Nilton de Lima Júnior | X |  |  |  |
| MA | Marcelo Machado Rodrigues | Ausência Justificada |
| MT | José Afonso Botura Portocarrero | X |  |  |  |
| MS | Rubens Fernando Pereira de Camillo | X |  |  |  |
| MG | Eduardo Fajardo Soares | X |  |  |  |
| PA | Alice da Silva Rodrigues Rosas | X |  |  |  |
| PB | Camila Leal Costa | X |  |  |  |
| PR | Jeferson Dantas Navolar | X |  |  |  |
| PE | Roberto Salomão do Amaral e Melo |  |  |  | X |
| PI | José Gerardo da Fonseca Soares | X |  |  |  |
| RJ | Maíra Rocha Mattos | X |  |  |  |
| RN | Patrícia Silva Luz de Macedo | X |  |  |  |
| RS | Ednezer Rodrigues Flores | X |  |  |  |
| RO | Adson Jenner de Araujo Moreira | Ausência Justificada |
| RR | Luiz Afonso Maciel de Melo |  |  |  | X |
| SC | Daniela Pareja Garcia Sarmento | X |  |  |  |
| SP | Nadia Somekh | - | - | - | - |
| SE | Ricardo Soares Mascarello | X |  |  |  |
| TO | Matozalém Sousa Santana |  |  | X |  |
| IES | Valter Luis Caldana Junior | X |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |
| **Histórico da votação:****Reunião Plenária Ordinária Nº 136/2023****Data: 18/5/2023****Matéria em votação:** 5.10. Projeto de Deliberação Plenária que autoriza a Presidente do CAU/BR em firmar Acordo de Cooperação com a Ordem dos Arquitetos de Portugal.**Resultado da votação: Sim** (18) **Não** (0) **Abstenções** (01) **Ausências** (08) **Impedimento** (0)**Total de votos** (19)**Ocorrências**:**Secretária:** Daniela Demartini **Condutora dos trabalhos** (Presidente): Nadia Somekh |

# ANEXO I DA DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOBR Nº 0136-10/2023

# MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO ACORDO DE COOPERAÇÃO – CAU/BR – OA/PT

Acordo de Cooperação para a harmonização das condições de inscrição de arquitetos portugueses e brasileiros e de arquitetos e urbanistas brasileiros e portugueses junto do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil e da Ordem dos Arquitectos de Portugal.

# PARTES SIGNATÁRIAS:

1. - O **CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR)**, autarquia

federal de fiscalização do exercício profissional regida pela Lei n° 12.378, de 31 de dezembro de 2010, inscrito no CNPJ sob o n° 14.702.767/0001-77, com sede no Setor de Edifícios Públicos Sul (SEPS), Quadra 702/902, Conjunto B, 2º Andar, Edifício General Alencastro, CEP 70390-025, em Brasília, Distrito Federal, República Federativa do Brasil, representado neste ato pela sua Presidente, NADIA SOMEKH, doravante designado **CAU** ou **CAU/BR;** e

1. - A **ORDEM DOS ARQUITECTOS DE PORTUGAL (AO/PT),** associação pública profissional representativa da profissão de arquiteto em Portugal, regida pelo Decreto-Lei n° 176/98, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei nº 113/2015, de 28 de agosto, pessoa colectiva n° 500802025, com sede na Travessa do Carvalho, n° 23, 1249-003 Lisboa, República Portuguesa, representada neste ato pelo seu presidente, GONÇALO BYRNE, doravante designada por **OA** ou **OA/PT**;

# PRELIMINARMENTE:

Para os fins deste Acordo de Cooperação, nos considerandos e nas cláusulas seguintes compreender-se que:

1. As siglas **OA** ou **OA/PT** querem significar, indistintamente, a associação pública profissional portuguesa Ordem dos Arquitectos de Portugal;
2. As siglas **CAU** ou **CAU/BR** querem significar, indistintamente, a autarquia federal brasileira Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil;
3. A expressão Arquiteto e Urbanista quer significar, indistintamente, os arquitetos portugueses e brasileiros, natos e naturalizados, inscritos na OA, e os arquitetos e urbanistas brasileiros e portugueses, natos e naturalizados, registrados no CAU.

# CONSIDERANDO:

As PARTES SIGNATÁRIAS, considerando que:

1. O acesso e o exercício da profissão de Arquiteto e Urbanista por cidadãos brasileiros e portugueses no Brasil e em Portugal encontram-se definidos e regulados no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta (adiante “TACC”) celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, a 22 de abril de 2000;
2. Nos termos estipulados no TACC, os nacionais de um dos países poderão aceder a uma profissão e exercê-la no território do outro país em condições idênticas às exigidas aos nacionais deste último (TACC. artigo 46), acrescentando que, se o acesso a uma profissão ou o seu exercício estiverem regulamentados no território de um dos países por disposições decorrentes da participação deste num processo de integração regional, os nacionais do outro país podem aceder naquele território a essa profissão e exercê-la em condições idênticas às prescritas para os nacionais dos outros Estados participantes nesse processo de integração regional (TACC. artigo 47);
3. A competência para conceder o reconhecimento de um grau ou título acadêmico, conforme decorre do estatuído no TACC, pertence às universidades e demais instituições de ensino superior em Portugal e às instituições públicas de ensino superior no Brasil que atribuem o grau ou título acadêmico correspondente (TACC. artigo 40);
4. No Brasil, a profissão de Arquiteto e Urbanista é regulamentada pela Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF), sendo obrigatório o registo no CAU para uso do título de Arquiteto e Urbanista e, bem assim, para o exercício das actividades profissionais correspondentes;
5. Em Portugal, a profissão de Arquiteto e Urbanista é regulamentada pela Ordem dos Arquitectos, conforme resulta do Decreto-Lei nº 176/98, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei nº 113/2015, de 28 de agosto, sendo requisito essencial para o respectivo exercício a inscrição válida nesta entidade, como estabelecido na Lei nº 31/2009, de 3 de julho e alterações posteriores;
6. Quer o estabelecimento permanente, quer a prestação temporária de serviços de Arquitetos e Urbanistas brasileiros em Portugal e de Arquitetos e Urbanistas portugueses no Brasil conheceram, nos últimos anos, um aumento significativo;
7. Importa, como tal, desenvolver e harmonizar, entre os dois organismos com competência para a regulamentação do exercício da profissão de Arquiteto e Urbanista, as regras

existentes no que respeita à inscrição em cada um deles e respectivas formalidades, de forma a incrementar e facilitar o intercâmbio entre os profissionais dos dois países;

1. Em 21 de julho de 2022 foi celebrado entre as partes signatárias, o Memorando de Entendimento, visando a harmonização e definição de condições de registro no CAU de Arquitetos membros da OA, e de inscrição na OA de Arquitetos e Urbanistas registrados no CAU, portugueses e brasileiros, natos e naturalizados;

RESOLVEM, ao abrigo do disposto na cláusula sexta do Memorando de Entendimento celebrado entre as mesmas partes signatárias, em 21 de julho de 2022, livremente e de boa fé, CELEBRAR o presente Acordo de Cooperação que se rege pelas seguintes cláusulas e disposições:

# CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO E ÂMBITO

1.1. O presente Acordo tem por objeto a harmonização e definição das condições de inscrição no CAU de Arquitetos e Urbanistas membros da OA, e de inscrição na OA de Arquitetos e Urbanistas inscritos no CAU, portugueses e brasileiros, natos e naturalizados.

# CLÁUSULA SEGUNDA OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1. Para garantir o cumprimento do presente Acordo, as partes signatárias obrigam-se a adequar os respectivos procedimentos internos e, bem assim, a adotar as resoluções necessárias à sua implementação.

# CLÁUSULA TERCEIRA

**REGIME DE INSCRIÇÃO – REGRAS GERAIS**

* 1. A inscrição de membros da OA no CAU e de inscritos no CAU na OA atenderá às seguintes disposições:
	2. Será admitida a inscrição definitiva ou temporária no CAU de Arquitetos e Urbanistas membros da OA, e a inscrição definitiva ou temporária na OA de Arquitetos e Urbanistas inscritos no CAU, desde que tais Arquitetos e Urbanistas se encontrem previamente inscritos, de forma definitiva, na OA ou no CAU, respectivamente;
	3. A inscrição pretendida no organismo de destino será recusada se encontrar em vigor o cumprimento de penalidade disciplinar de suspensão, com decisão transitada em julgado;
	4. Sem prejuízo da declaração de antecedentes ético-disciplinares referida na alínea “f” da cláusula seguinte, o organismo de origem ficará sempre obrigado a comunicar ao organismo de destino a existência de processo disciplinar em que seja arguido o Arquiteto e Urbanista em causa, ficando a concessão e a manutenção da inscrição definitiva ou temporária condicionada ao resultado favorável ao Arquiteto e Urbanista na decisão definitiva do referido processo disciplinar;
	5. De modo a ser assegurada a harmonização das condições de inscrição e em virtude da obrigatoriedade de realização de estágio profissional de um ano para a inscrição como membro efetivo da OA, os Arquitetos e Urbanistas que solicitarem a inscrição junto à OA deverão comprovar a sua inscrição no CAU pelo período mínimo de doze meses;
	6. O processo de inscrição (definitiva ou temporária) deverá estar concluído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar do recebimento da totalidade dos documentos necessários e melhor identificados nas cláusulas seguintes.

# CLÁUSULA QUARTA REGIME DE INSCRIÇÃO DEFINITIVA

* 1. Será admitida, por ambas as partes, a inscrição definitiva no CAU de membros da OA e a inscrição definitiva na OA de inscritos no CAU, portugueses e brasileiros, natos e naturalizados, desde que seja entregue a documentação seguinte:
1. Diploma de graduação ou de formação habilitante no domínio da Arquitetura ou da Arquitetura e Urbanismo, com reconhecimento, revalidação ou equivalência concedidos, nos termos legais, por instituição de ensino superior do país de destino;
2. Documento de identificação válido no país de destino;
3. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) no Brasil para os membros da OA ou Número de Identificação Fiscal (NIF) em Portugal para os inscritos no CAU;
4. Declaração de inscrição efectiva na OA ou registro ativo no CAU, indicando a respectiva data de inscrição/registro;
5. Declaração negativa de antecedentes ético-disciplinares emitida, na origem, pelo CAU ou pela OA;
6. Formulário Único para solicitação de Registro CAU/BR ou inscrição na OA/PT preenchido;
7. Quando se tratar de arquitetos e urbanistas brasileiros, natos ou naturalizados, inscritos na OA que almejem à inscrição definitiva do CAU, além dos itens listados no item anterior, os seguintes arquivos digitais devem acompanhar o requerimento de registro:

Ii) comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral; e,

II~~ii~~) comprovante de quitação com o Serviço Militar, para os profissionais do sexo masculino, nos termos da legislação vigente.

* 1. Quando se tratar de arquitetos e urbanistas portugueses, natos ou naturalizados, inscritos na OA que almejem à inscrição definitiva no CAU, o registro, uma vez concedido, ficara vinculado à data de expiração do RNE, e será reativado automaticamente mediante a apresentação de novo documento de identidade com validade vigente.
	2. Os documentos emitidos em país diferente ao que se almeja a inscrição deverão ser legalizados por autoridade consular.
	3. Os documentos que comprovem a capacidade civil e os diplomas de graduação cuja língua original não seja o português, deverão ser acompanhados de tradução juramentada.

# CLÁUSULA QUINTA

**REGIME DE INSCRIÇÃO TEMPORÁRIA**

* 1. - Será admitida, por ambas as partes, o registo de inscrição temporária dos membros da OA no CAU e dos inscritos no CAU na OA, para efeitos de participação em concurso (de arquitetura e urbanismo) ou prestação temporária de serviços, desde que seja entregue a documentação seguinte:
1. Diploma de graduação ou de formação habilitante no domínio da Arquitetura ou da Arquitetura e Urbanismo, obtido em instituição de ensino superior oficialmente reconhecida pelo poder público do país de origem;
2. Documento de identificação válido no país de destino;
3. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) no Brasil para os membros da OA ou Número de Identificação Fiscal (NIF) em Portugal para os inscritos no CAU;
4. Declaração de inscrição na OA ou no CAU, indicando a respectiva data de inscrição/registro;
5. Declaração negativa de antecedentes ético-disciplinares emitida, na origem, pelo CAU ou pela OA;
6. Cópia do contrato temporário entre o Arquiteto e Urbanista e o contratante do país de destino ou, no caso de não estar firmado, cópia do compromisso existente entre as mesmas partes;
7. Formulário único para solicitação de Registro CAU/BR ou inscrição na AO/PT preenchido;
8. Declaração do Arquiteto e Urbanista que pretende inscrever-se temporariamente no organismo de destino, indicando um Arquiteto ou Sociedade de Arquitetos com registro/inscrição no CAU ou na OA, consoante os casos, com efetiva participação na execução das atividades que irá desempenhar no país de destino, devendo de tal declaração constar igualmente a aceitação de tal escolha por parte do contratante ou futuro contratante.
9. Quando se tratar de arquitetos e urbanistas brasileiros, natos ou naturalizados, inscritos na OA que almejem à inscrição definitiva do CAU, além dos itens listados no item anterior, os seguintes arquivos digitais devem acompanhar o requerimento de registro:

I) comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral; e,

II) comprovante de quitação com o Serviço Militar, para os profissionais do sexo masculino, nos termos da legislação vigente.

* 1. A inscrição temporária dos membros da OA no CAU e dos inscritos no CAU na OA terá a duração máxima necessária à participação em concurso ou a correspondente à prestação temporária e isolada do serviço previsto no contrato assinado ou a ser oportunamente assinado conforme a alínea f) da presente cláusula.
	2. O registro ou inscrição temporária poderá ser prorrogado mediante a apresentação de novos documentos com validade vigente.
	3. No regime de inscrição temporária, deverão ser observadas as formas de pagamento proporcional de anuidade de acordo com as regras atuais do respectivo país de atuação.
	4. Os documentos emitidos em país diferente ao que se almeja a inscrição deverão ser legalizados por autoridade consular.
	5. Os documentos que comprovem a capacidade civil e os diplomas de graduação cuja língua original não seja o português deverão ser acompanhados de tradução juramentada.

# CLÁUSULA SEXTA

**COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO**

* 1. Será criada uma Comissão Técnica de Acompanhamento, constituída por dois representantes de cada uma das partes, designados após assinatura do presente Acordo, à qual competirá:
1. O acompanhamento das ações previstas neste Acordo;
2. Elaborar e harmonizar os formulários necessários ao cumprimento deste Acordo;
3. Dar cumprimento ao previsto no item 3 da cláusula terceira;
4. Propor medidas para o aperfeiçoamento deste Acordo.
	1. Os integrantes da Comissão Técnica de Acompanhamento poderão ser substituídos a qualquer momento e sua nomeação se dará por meio de ofício entre as partes, a ser enviado nos termos da cláusula sétima.

# CLÁUSULA SÉTIMA COMUNICAÇÕES ENTRE AS PARTES

* 1. Todas as comunicações que devam realizar-se ao abrigo do presente Acordo serão efetuadas por escrito, enviadas por correio electrónico devidamente certificadas digitalmente ou por correio postal registrado e dirigidas aos endereços oficiais do CAU e da OA.
	2. As partes se comprometem a enviar extratos semanais contendo:
1. Listagem de solicitações de inscrições e de profissionais inscritos no regime de inscrição temporária;
2. Listagem de solicitações de inscrições e de profissionais inscritos no regime de inscrição definitiva;
3. Eventuais observações que visem ao aprimoramento da execução do Acordo.
4. Informações sobre a existência de processos ético-disciplinares em que sejam arguidos os profissionais inscritos, nos termos do item 3 da cláusula terceira.

# CLÁUSULA OITAVA

**DA VIGÊNCIA E DA ENTRADA EM VIGOR**

* 1. O presente Acordo entra em vigor no dia XXº de XXXXX de 2023 e vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos, renováveis na medida do interesse das partes, ficando estas obrigadas a adequar os respectivos procedimentos internos até àquela data.
	2. Qualquer das partes, mediante aviso prévio de pelo menos 90 (noventa) dias, poderá denunciar este Acordo, preservando-se, até 30 (trinta) dias depois da protocolização do aviso de denúncia, os direitos dos membros da OA que tenha requerido a inscrição no CAU e dos inscritos no CAU que tenham requerido a inscrição na OA.

# CLÁUSULA NONA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

* 1. Os casos omissos deverão ser solucionados de comum acordo entre as partes signatárias, podendo ser firmados por termos aditivos que farão parte integrante deste Acordo.
	2. Preencher o Formulário único de inscrição para requerimentos de registro via Acordo de Cooperação CAU/BR – AO/PT, Anexo 1 deste acordo, de preenchimento obrigatório para o início do processo;

E, assim, por estarem justos e acordados, as partes firmam o presente Acordo de Cooperação, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília, xx de xxxx de 2023

# NADIA SOMEKH

Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR

# GONÇALO BYRNE

Presidente da Ordem dos Arquitectos de Portugal –OA

# TESTEMUNHAS:

NOME: Jeferson Dantas Navolar

Coordenador da Comissão de Relações Institucionais do CAU/BR CPF/NIF:

NOME: CPF/NIF:

# ANEXO II DA DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPOBR Nº 0136-10/2023

**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO**

* Todos os campos são de preenchimento obrigatório
* Deverão ser apresentados documentos válidos no país de solicitação
* Os documentos emitidos em país diferente ao que se almeja a inscrição deverão ser legalizados por autoridade consular.
* Os documentos que comprovem a capacidade civil e os diplomas de graduação cuja língua original **não** seja o português deverão ser acompanhados de tradução juramentada.
1. **IDENTIFICAÇÃO**

Nome completo

Naturalidade (Cidade, Estado, País)

Data de nascimento

NIF ou CPF

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| B.I. ou C.C. ou RG OU RNE ou Passaporte | Número | Data de Emissão | Entidade Emissora |

1. **CONTACTOS**

Endereço postal (Rua / Avenida / Número / Setor / Bairro)

Cidade / Estado / País

Código postal (CEP)

E-mail

Telefone

Celular / Telemóvel

1. **DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS**

**Definitiva Temporária**

NIF ou CPF

B.I. ou RG ou RNE

Declaração de inscrição na OA ou CAU Declaração negativa de antecedentes ético-

disciplinares emitida pela OA ou CAU

Diploma de graduação em Arquitetura ou Arquitetura e Urbanismo, obtido em instituição de ensino do país de origem, revalidado na forma da lei, e respectiva legalização consular.

**Para Brasileiro inscrito na OA/PT que solicitar registro definitivo ou temporário no CAU/BR** (Acrescentar a seguinte documentação)

Titulo de eleitor

Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral Comprovante de quitação com o Serviço Militar, para

os profissionais do sexo masculino.

NIF ou CPF

B.I. ou RG ou RNE

Declaração de inscrição na OA ou CAU

Declaração negativa de antecedentes ético-disciplinares emitida pela OA ou CAU

Diploma de graduação em Arquitetura ou Arquitetura e Urbanismo, obtido em instituição de ensino do país de origem, e respectiva legalização consular (não é necessária a sua revalidação).

Cópia do contrato temporário entre o Arquiteto e Urbanista e o contratante do país de solicitação, ou, no caso de não estar firmado, cópia do compromisso existente entre as mesmas partes.

Declaração do Arquiteto e Urbanista requerente, indicando um Arquiteto ou Sociedade de Arquitetos com registro no CAU ou na OA, com efetiva participação na execução das atividades que irá desempenhar no país de destino, devendo de tal declaração constar igualmente a aceitação de tal escolha por parte do contratante ou futuro contratante**.**

1. **DECLARAÇÃO** (Preenchimento do interessado)

Declaro serem verdadeiras as informações aqui prestadas, sobre as quais assumo todas as responsabilidades.

Em de de Assinatura

1. **CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS** (Preenchimento do CAU ou OA - Item 5 da Cláusula Terceira do Acordo) Atesto que recebi todos os documentos obrigatórios pelo Acordo de Cooperação entre CAU e OA nesta data.

Assinatura

Em de de Nome